

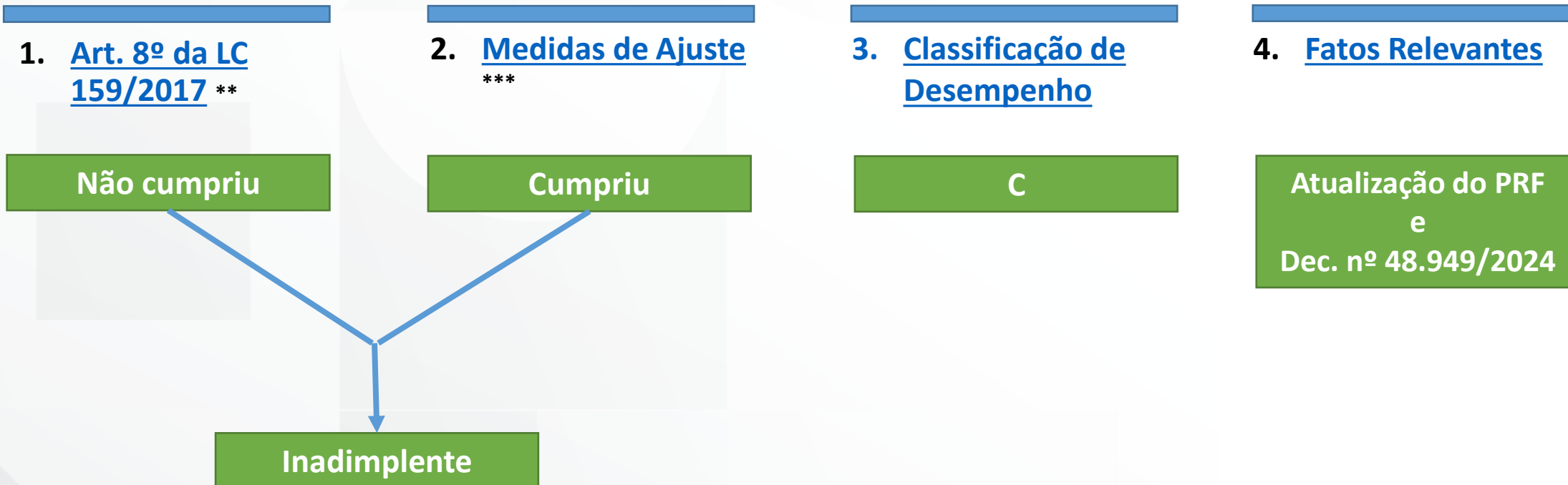
# Relatório Semestral de Avaliação do Regime de Recuperação Fiscal

---

Competência: 1º Semestre de 2024

Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do  
Rio de Janeiro

# Cumprimento das obrigações com o RRF \*



\* Art. 5º da [Portaria 10.123/2021](#)

\*\* Art. 32-A, inciso I do [Decreto nº 10.681/2021](#)

\*\*\* Art. 32-A, inciso II do [Decreto nº 10.681/2021](#)

# Cumprimento das obrigações com o RRF \*

## Observância do art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017

Normativo publicado pelo ente recuperando em desacordo com o art. 8º da LC nº 159/2017 deverá ser objeto de avaliação\*\* no semestre seguinte ao da publicação, mediante processo em que será observado o contraditório e a ampla defesa\*\*\*.

Considera as violações decorrentes de normativos publicados no período avaliado e aqueles anteriormente publicados cuja análise somente se encerrou no semestre avaliativo.

## Implementação das medidas de ajuste nos prazos e formas previstos no Plano em vigor

Considera a data de conclusão das medidas de ajuste pactuadas no Plano de Recuperação Fiscal para o semestre anterior\*\*.

Estado do Rio de Janeiro		Conclusão
1 - Observância do art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017.	Não Cumpriu	Inadimplente
2 - Implementação das medidas de ajuste fiscal nos prazos e formas previstas no Plano de Recuperação Fiscal.	Cumpriu	

\* Art. 5º da [Portaria 10.123/2021](#)

\*\* Art. 32, § 2º, inciso II do [Decreto nº 10.681/de 2021](#)

\*\*\* Art. 32, § 3º do [Decreto nº 10.681/de 2021](#)

# Classificação de Desempenho \*

A classificação de desempenho é determinada por indicadores de inadimplência relacionados a: I) vedações previstas no art. 8º da LC nº 159/2017, II) implementação das medidas de ajuste fiscal previstas e III) metas e aos compromissos fiscais previstos no PRF \*.

O Indicador I considera em seu cálculo os impactos estimados anuais das violações efetivamente implementadas decorrentes de normativos publicados desde a adesão e que permanecem irregulares, bem como daqueles cuja análise somente se encerrou no semestre avaliativo.

PROCESSO MF	ATO	Fonte** (SEI-MF)	IMPACTO ESTIMADO ANUAL (R\$ milhões)
12105.100709/2021-58	Lei nº 9.299, 08/06/2021	45866327 pg.1	197,35
19953.100777/2021-75	Lei nº 9.450, 5/11/2021 e Portaria Reitoria 135, 2/5/2022	45866327 pg.1	8,40
12105.100441/2023-16	Lei nº 9.450, 5/11/2021 e Portaria Reitoria 95, 11/11/2021	45866327 pg.1	5,38
19953.100182/2022-09	Lei nº 9.537, 29/11/2021	45866327 pg.1	1.493,24
19953.100236/2022-28	Lei nº 9.632, 04/04/2022	45866327 pg.1	33,33
19953.100335/2022-18	Lei nº 9.611, 28/03/2022	45866327 pg.1	366,15
19953.100860/2022-25	Portaria Reitoria Nº 70, 08/06/2021	45866327 pg.1	2,08
19953.100714/2022-08	Lei nº 9.748, 29/06/2022	45951235 pg.1	444,55
19953.100873/2022-02	Resolução SEEDUC nº 6.016, 13/12/2021	45866327 pg.1	114,69
19953.100906/2022-14	Lei nº 9.525, 28/12/2021	45866327 pg.1	-3,32
19953.100227/2022-37	AEDA 027/REITORIA/2022	45866327 pg.1	0
19953.100233/2022-94	Lei nº 9.628, 04/04/2022	45866327 pg.1	1,47
12105.100286/2023-38	Lei nº 9.436, 14/10/2021	45866327 pg.1	319,39
12105.100508/2023-12	Majoração de subsídio por decisão administrativa	45866327 pg.1	28,12
12105.100557/2023-55	Contrato 06/2023 da FL XIII - Reajuste de auxílio alimentação	45866327 pg.1	3,25
TOTAL			R\$ 3.014,08

• Art. 32-A do Decreto nº 10.681/de 2021

\*\* Último documento anexado ao processo no momento da elaboração deste relatório

# Classificação de Desempenho \*

A soma dos impactos estimados anuais das violações às vedações do [art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017](#) superou um décimo por cento da Receita Corrente Líquida de 2023\*\*\*, razão pela qual o Indicador I resulta em C. \*\*

Em relação à implementação das medidas de ajuste previstas no Plano de Recuperação Fiscal, o Estado do Rio de Janeiro não apresenta atraso no período avaliativo, motivo pelo qual o indicador II resulta em A. \*\*\*\*

Quanto ao cumprimento das metas e compromissos fiscais, observou-se que, embora o Estado tenha alcançado a de resultado primário e de restos a pagar, o crescimento das despesas primárias ultrapassou o limite estabelecido\*\*\*\*. O indicador III, portanto, resultou em C.\*\*\*\*\*.

Nos casos em que a avaliação conclua pela inadimplência é preciso apresentar a Classificação de Desempenho\*\*\*\*\* para um eventual pedido de revisão pelo Ministro da Fazenda. Assim, diante dos indicadores I, II e III verifica-se que a classificação de desempenho resulta em C.

Indicador I <sup>1</sup> Vedações do art. 8º da LC 159/2017	Indicador II <sup>1</sup> Medidas de ajuste	Indicador III <sup>2</sup> Metas e compromissos fiscais	Classificação de Desempenho <sup>1</sup>
C	A	C	C

Fontes:

<sup>1</sup> Parecer SEI nº 3917/2024/MF (doc SEI-MF 45998296)

<sup>2</sup> Relatório Anual 2023 (doc SEI-MF 46045897) e Parecer SEI nº 3827/2024/MF (doc SEI-MF 45853405) deliberados em reunião extraordinária do CSRRF-RJ de 30/10/2024

\* Art. 32-A do [Decreto nº 10.681/2021](#) e Anexo

\*\* Art. 32, § 2º, inciso II do [Decreto nº 10.681/de 2021](#) e Parecer SEI Nº 3721/2024/MF (doc 45599367)

\*\*\* [Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º Bim/2023 Anexo 3](#) – RCL = R\$ 88.174.564.730,41

\*\*\*\* [Inciso V do § 1º do art. 2º da LC nº 159/2017](#)

\*\*\*\*\* Artigo 32-A, §3º do [Decreto nº 10.681/de 2021](#)

\*\*\*\*\* Nota SEI nº 208/2022/CAFIN/CAF/PGACFFS/PGFN-ME

# Fatos Relevantes\*

1. O estado do Rio de Janeiro apresentou atualização bianual do Plano de Recuperação Fiscal em 1º de julho de 2024 (processo SEI-MF 17944.003695/2024-18)\*\*
2. Em 7 de fevereiro de 2024, foi publicado o Decreto Estadual Nº 48.949, que estabelece regras importantes para o envio de relatórios mensais. De acordo com o decreto, os órgãos e entidades têm até o dia 12 de cada mês para enviar o questionário mensal previsto no art. 7-D da LC nº 159/2017 por meio do Sistema de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal (SisRRF). Caso não cumpram esse prazo, a funcionalidade de emissão de Nota de Empenho será bloqueada\*\*\*.  
É fundamental ressaltar que, durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, todos os responsáveis pelos Poderes e órgãos autônomos, bem como as Secretarias de Estado e as entidades da administração indireta, devem seguir essa obrigação de envio de relatórios mensais ao CSRRF\*\*\*\*.

\* Art. 5º, § 1º, inciso II da [Portaria ME nº 10.123/2021](#)

\*\* Art. 37, inciso II, do [Decreto Federal nº 10.681/2021](#)

\*\*\* [Decreto Estadual Nº 48.949 de 07 de fevereiro de 2024](#)

\*\*\*\* Art. 7- D da [LC nº 159/2017](#)



## Como acompanhar o Regime de Recuperação Fiscal?



Para mais informações, acesse:

[Portal do RRF RJ](#)

[CSRRF](#)

# Equipe Técnica

---

**Ministro da Fazenda**  
Fernando Haddad

**Secretário Executivo**  
Dario Carnevalli Durigan

**Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro**  
Guilherme Laux  
Mario Augusto Gouvea de Almeida  
Neusa Lourenço da Silva  
Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira  
Pedro Bastos Carneiro da Cunha

**Assessoria Técnica**  
Luíza Basilio Lage  
Brenda de Oliveira  
Cecilia Goia  
Carini de Oliveira  
Daniella Corrêa Eschiletti  
Diogo Pires Geraldini  
Eduardo Voltan Cominato  
Franklin Hideaki Kinashi  
Mattheus Hoyashi  
Mirian Campos Moraes e Silva  
Raylha Rodrigues da Silva  
Sheila Lélia Medeiros  
Verônica Marzullo Aguiar



Como acompanhar o Regime de Recuperação Fiscal?



Para mais informações, acesse:  
[Portal do RRF RJ](#)  
[CSRRF](#)